

Josemar Gonçalves



Daso Coimbra lê o documento, em nome do "Centrão", sob as vistas de Ulysses

Governadores fortalecem diretas, afirmam líderes

Entre as lideranças partidárias na Constituinte, registrou-se, ontem, o convencimento quase unânime de que a posição dos governadores peemedebistas reunidos domingo no Rio fortalecerá a tendência, já crescente na Assembléia, de aprovar as eleições presidenciais no próximo ano, com a redução do mandato do presidente Sarney para quatro anos.

O líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso, afirmou que a decisão dos governadores Orestes Quêrcia, Waldir Pires, Miguel Arraes, Pedro Simon e Moreira Franco não o surpreendeu "porque já estava informado de que eles realmente decidiram partir para a defesa das eleições em 88".

"Isso torna irreversível e a tendência pelo pleito no próximo ano" — disse Fernando Henrique Cardoso, esclarecendo, em seguida,

Para Lula, Ulysses é quem tem poder

O presidente e líder do PT, deputado Luiz Inácio Lula da Silva, sugeriu que a única forma de o presidente José Sarney evitar a redução de seu mandato é romper imediatamente com o presidente do PMDB e da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães. "Sarney só tem duas saídas: ou convoca logo as eleições, que é a melhor solução, ou então rompe com Ulysses para poder começar a governar".

O poder do deputado Ulysses Guimarães, segundo Lula, é muito maior do que ele próprio pensa e, por isso, nem o presidente Sarney tem a real dimensão do que isso representa: "O Ulysses tem 22 governadores, 305 constituintes e 17 prefeitos de capitais. Ele faz e desfaz do Sarney a hora que quiser. Um homem com essa força, que ninguém até hoje teve na história política do País, estando teoricamente fora da cadeira de presidente da República, ao invés de ajudar, só atrapalha".

"O Sarney só faz aquilo que Ulysses quer. E nem pode ser o contrário, porque ele não tem a força que Ulysses tem. Então, Ulysses faz dele gato e sapato. Falam em implantar o parlamentarismo, mas, na prática, ele já existe. Só quem governa de fato, não assume as responsabilidades e as joga tudo em cima do Sarney" — afirma o presidente do PT.

O líder do PT, por tudo isso, acredita que a única maneira de Sarney se libertar dessa tutela é romper com o presidente do PMDB. Lula diz que o presidente da República está vivendo um drama semelhante ao que ele próprio viveu, em 1975, quando assumiu pela primeira vez a presidência do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo:

"Isso aconteceu comigo. O Paulo Vidal, que já tinha sido presidente, passou a ser secretário-geral na minha gestão. Fiquei um ano e meio marginalizado. O Paulo Vidal tinha mais penetração que eu entre os metalúrgicos, era melhor orador que eu, sabia articular melhor que eu. Resultado: eu não fazia nada. Até os discursos quem fazia era ele. Até que um dia, eu cheguei e disse: Pera aí, agora quem manda sou eu. Se eu sou presidente, tenho que assumir a minha função. E eu, infelizmente, só tinha um jeito de me livrar da sombra do Paulo Vidal: romper com ele".

que a informação sobre a nova inclinação dos governadores peemedebistas, no sentido de um mandato de quatro anos para Sarney, lhe foi transmitida, semana passada, por dois parlamentares ligados a Orestes Quêrcia.

O líder do PT na Câmara, Luiz Inácio "Lula" da Silva, era o mais entusiasmado, afirmando que não se surpreenderia se o próprio presidente Sarney tomasse a iniciativa, a curto prazo, de convocar as eleições para o próximo ano.

Situação preta

O ex-líder do PDT, Bocaiuva Cunha, disse que os governadores peemedebistas passaram a aceitar um mandato de quatro anos para Sarney "por se darem conta, a final, de que a situação do País está preta". Mesmo lembrando a soberania da Constituinte para decidir sobre essa e outras ques-

tões, Bocaiuva salientou que a posição dos governadores ajuda a consolidar a irreversibilidade dos quatro anos entre os integrantes da Assembléia.

Para o presidente do PSB, Jamil Hadad, os governadores recuaram da posição anterior, pelo cinco anos, precisamente por constatarem a tendência da Constituinte, em favor das eleições no próximo ano: "Eles não querem ficar atrás da carruagem e sabem que daqui para frente a tendência é crescer cada vez mais o movimento pelas eleições em 88".

O único líder que manifestou descrença quanto à nova posição dos governadores foi o do PTB, Gastone Righi. Ele acha que os governadores "estão é querendo pressionar o Planalto, em busca de mais verbas que, se conseguidas, poderão pôr fim a essa pretensa articulação pelos quatro anos".

Collor quer Covas candidato

O governador Fernando Collor, de Alagoas, fez apelo ontem ao senador Mário Covas, líder do PMDB na Constituinte, para que aceite concorrer pelo partido à sucessão do presidente José Sarney, com apoio de setores identificados com o programa partidário.

Collor entende que é hora de lançar candidatos e "botar a campanha nas ruas, antes que um aventureiro se apresente em nome do PMDB". O governador manteve encontro na residência de Covas por uma hora. Ao sair, afirmou o senador paulista não aceitou de pronto a idéia, mas ficara "lisonjeado com a sugestão de que seja ele o candidato do partido. Mas ponderou que, antes, é necessário ouvir o PMDB sobre o assunto". Afinal, ele é um peemedebista histórico e um político que age em função dos anseios do partido.

Fernando Collor esteve em Brasília para manter contatos com parlamentares e com setores administrativos do Governo Federal. Ele afirma que não tem a intenção de ser candidato a vice-presidente, numa eventual composição de chapa com Mário Covas: "Desde abril eu venho defendendo a candidatura do senador Mário Covas,

por considerá-lo a melhor solução para o partido e para o País. Pessoalmente, não postulo nenhum cargo, pois meu compromisso é com os alagoanos e com a recuperação econômica e política do Estado".

Preocupação

O governador alagoano afirmou que levou ao deputado Fernando Lyra, um dos líderes do grupo progressista do PMDB, sua preocupação sobre a possibilidade de a facção do partido, que defende a tese dos quatro anos de mandato desde o início da Constituinte, acabe "atropelada" por "setores do PMDB que posam de progressistas agora, mas que ontem defendiam mandato de cinco anos".

Para Collor, "o grupo progressista, que defende o programa do PMDB, precisa ter um referencial forte; e este referencial, a meu ver, seria um candidato que personifique a luta, disputando a sucessão presidencial". Collor entende não haver mais dúvidas que serão fixadas eleições diretas para Presidente em 1988 e que, portanto, é hora de se lançarem candidatos. Assim no seu modo de ver, Mário Covas é o nome que melhor expressa a opinião dos segmentos mais avançados do PMDB.

Camargo já é do PTB

"O PMDB se tornou disforme como frente partidária. Seu programa não se identifica com os atos do Governo a que apóia". Assim o ex-vice-presidente do PMDB e ex-ministro dos Transportes da Nova República, senador Afonso Camargo, justificou seu ingresso no PTB.

Ele assinou ontem ficha de filiação ao lado do vice-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco, Antônio Toschi, na presença do Líder Gastone Righi, de membros da bancada e da direção do PTB.

Camargo lembrou estar saindo do PMDB sem conflito com os companheiros nem com o Governador de meu Estado". Ele surpreendeu:

"Partido político mesmo só tive um, até agora: o PDC, onde comecei minha carreira pública. Agora, o PTB, onde espero encerrá-la.

Josemar Gonçalves



Gastone Righi (E) e Camargo

Ulysses fará nova proposta de regimento

O presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, anunciou ontem à noite, ao receber o projeto de resolução do "Centrão", que visa alterar o Regimento Interno da Casa, que a Mesa vai apresentar um substitutivo que represente um meio-termo entre a proposta do grupo e das demais correntes.

A tarde, durante encontro com líderes partidários, Ulysses propôs que as mudanças no Regimento permitam emendas coletivas apenas a seções do texto do projeto de Constituição com a assinatura de, no mínimo, 187 constituintes, e que cada parlamentar possa apresentar no máximo três emendas ao substitutivo elaborado pela Comissão de Sistematização. O projeto do Centrão prevê alterações desde artigos até a capítulos e títulos inteiros, o que significa na prática a revogação do projeto de Constituição.

Maioria

Ao ler o projeto de resolução e o manifesto à Nação do Centrão, deputado Daso Coimbra (PMDB-RJ), um dos coordenadores do grupo, anunciou que a proposta vinha acompanhada de um documento de 72 páginas contendo 319 assinaturas dos constituintes que apóiam o projeto.

Ao comentar a iniciativa do grupo de propor a alteração do regimento interno, Ulysses Guimarães anunciou que a Mesa da Constituinte vai apresentar um substitutivo ao projeto de resolução que signifique um entendimento, um meio-termo entre o que prevê as normas em vigor e a proposição apresentada em plenário.

Por sua vez, os líderes dos partidos de esquerda (PT, PCB, PC do B e PDT) foram ao microfone para criticar o que consideram golpe na Constituinte. O líder do PDT, deputado Brandão Monteiro (RJ), chegou a ameaçar de não subscrever a futura Constituição, "se as eventuais maiorias na Constituinte passarem como um trator por cima das minorias". Ele lembrou também que o projeto do Centrão chegou ao plenário quando se completa 50 anos do golpe de 1937, que criou o Estado Novo.

Já o líder do PC do B, deputado Haroldo Lima (BA), destacou que um grupo supostamente majoritário se dá conta que está perdendo o jogo e decide mudar as regras para passar a ganhar a partida. Ele classificou a atitude do Centrão como um golpe no funcionamento da Constituinte. O deputado Roberto Freire, líder do PCB, assegurou que a maioria obtida para a apresentação do projeto de resolução visa apenas a mudança do Regimento e que esta maioria não se manterá unida nas votações das questões fundamentais da nova Carta.

Na defesa do Centrão, o deputado conservador Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP) garantiu que o movimento não visa apenas a reforma do Regimento, mas foi criado para fazer uma Constituição que reflita o pensamento do grupo. "A maioria quantitativa que apóia a iniciativa corresponde exatamente à maioria de lá de fora", complementa o parlamentar.

"Centrão" adverte sobre indefinição

O "Centrão" divulgou ontem manifesto à Nação advertindo que, a persistir a atual sistemática de trabalho da Assembléia Constituinte, o País corre o sério risco de continuar paralisado, "à espera de definições institucionais que lhe imprimam confiança, segurança, eficiência e tranqüilidade".

O documento foi distribuído poucas horas antes do grupo apresentar, em sessão extraordinária da Constituinte, projeto de resolução visando alterar o Regimento Interno da Casa. A proposta do "Centrão" prevê o oferecimento de emendas a seções, capítulos e até títulos inteiros do substitutivo em votação na Comissão de Sistematização.

Em sua nota de 40 linhas, o "Centrão" fez questão de frisar que conta com a maioria absoluta dos constituintes (o projeto de resolução é assinado por 314 parlamentares) independentemente de siglas partidárias, afirmações ideológicas, regionais ou pessoais, sem compromisso coletivo com sistema de governo ou vinculações com grupo ou instituição externa à Constituinte. Para o grupo, a reforma do regimento é "a única forma de fazer respeitar o mandato que o povo lhe confiou".